



CARTA ENCÍCLICA
"HUMANI GENERIS"

de

Sua Santidade o Papa

PIO XII

Fundação Cuidar o Futuro

fundamentinheiro
Fev. - 1952

EDIÇÕES
« UNIVERSITÁRIAS »
LISBOA
1951

Fundação Cuidar o Futuro

CARTA ENCÍCLICA
DE SUA SANTIDADE
O PAPA PIO XII

*Aos veneráveis Irmãos Patriarcas, Primazes,
Arcebispos, Bispos e outros Ordinários locais
em Paz e Comunhão com a Sé Apostólica*

Sobre algumas falsas opiniões
que ameaçam destruir os fundamentos
da doutrina católica

Fundação Cuidar o Futuro



EDIÇÕES
« UNIVERSITÁRIAS »
LISBOA
1951

ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA

Associação de Pais e Professores

Associação de Pais e Professores

Associação de Pais e Professores
Associação de Pais e Professores
Associação de Pais e Professores

*Com aprovação da Junta Central
da Acção Católica Portuguesa*

Fundação Cuidar o Futuro

Associação de Pais e Professores
Associação de Pais e Professores
Associação de Pais e Professores



Aos Veneráveis Irmãos
Patriarcas, Primazes, Arcebispos, Bispos
e outros Ordinários Locais
em Paz e Comunhão com a Sé Apostólica

O PAPA PIO XII

Veneráveis Irmãos

Saúde e Bênção Apostólica

Fundação Cuidar o Futuro

As discórdias e os erros do género humano, em matéria de religião e de moral, foram sempre para todos os bons, e principalmente para os fiéis e sinceros filhos da Igreja, causa de profundo pesar; mas são-no hoje, de modo especial, quando vemos atacados por todas as partes os princípios mesmos da civilização cristã.

Perigos doutrinários da hora presente

Não é de estranhar que, fora do redil de Jesus Cristo, tenham sempre existido tais dissensões e erros. Pois, embora a razão humana, absolutamente falando, possa chegar com suas forças e lume naturais ao conhecimento verdadeiro e certo de um Deus pessoal, que governa e protege o mundo com sua Providência, bem como ao conhecimento da lei natural impressa pelo Criador em nossas almas, contudo, de facto, muitos são os obstáculos que impedem a mesma razão de usar, eficazmente e com resultado, desta sua natural capacidade. As verdades que se referem a Deus e às re-

lações entre os homens e Deus, são verdades que transcendem completamente a ordem das cousas sensíveis e quando são verdades que atingem a vida prática, e a regem, requerem sacrifício e abnegação. A inteligência humana na aquisição dessas verdades encontra dificuldades, tanto por parte dos sentidos e da imaginação, como por parte das más inclinações, provenientes do pecado original. Donde vemos que os homens em tais questões facilmente procuram persuadir-se que seja falso ou, ao menos, duvidoso aquilo que não desejam que seja verdadeiro.

Por tais motivos, se deve dizer que a Revelação divina é moralmente necessária para que aquelas verdades, que em matéria de religião e moral, mesmo na presente condição do género humano, não são de sua natureza inacessíveis à razão, possam ser por todos conhecidas com facilidade, com firme certeza, sem mistura alguma de erro.¹

Mais ainda, a mente humana pode até, às vezes, encontrar dificuldade em formar um juízo certo sobre a «credibilidade» da fé católica, apesar de serem tantos e tão admiráveis os sinais e argumentos externos, concedidos por Deus em seu favor, que mesmo só com o lume da razão natural se pode provar com certeza a origem divina da religião cristã. É que o homem, movido por preconceitos ou instigado pelas paixões e pela vontade perversa, não só pode rejeitar a evidência dos sinais e argumentos externos que se lhe apresentam, como também resistir às celestes inspirações que Deus lhe infunde na alma.

Quem quer que lance os olhos sobre aqueles que vivem fora do redil de Cristo, facilmente poderá distinguir os principais caminhos por onde enveredaram muitos dos homens que se dizem cultos e doutos. Há-os que, sem a devida prudência e discernimento, admitem e propugnam, como extensivo à origem de todos os seres, o sistema evolucionista, que nem mesmo no campo das ciências naturais está indiscutivelmente demonstrado, e com ousadia temerária se entregam à hipótese monista e panteísta de um universo sujeito às leis de uma continua evolução. Desta hipótese, logo se aproveitam os fautores do comunismo para propugnar e exaltar com mais eficácia o seu «materialismo dialético» e arrancar das mentes toda a ideia de Deus.

As falsas afirmações de tal evolucionismo, no qual se repudia tudo o que é absoluto, firme e imutável, prepara-

¹ Conc. Vat. D. B. 1876, Const. De fide cath. cap. 2, De revelatione.

ram o caminho às aberrações de uma nova filosofia, que, fazendo concorrência ao *idealismo*, ao *imanentismo*, e ao *pragmatismo*, tomou o nome de « *existencialismo* », porque, rejeitando as essências imutáveis das cousas, só se preocupa com a « existência » de cada individuo.

A essas correntes se vem juntar um falso « *historicismo* », que se atém somente aos acontecimentos da vida humana e subverte os fundamentos de toda e qualquer verdade ou lei absoluta, seja no campo da filosofia, seja no dos dogmas do cristianismo.

Em meio de tão grande confusão de ideias, algum conforto nos traz ver o bom número daqueles que, imbuídos outrora dos postulados do « racionalismo », desejam agora voltar às fontes da verdade revelada por Deus, e reconhecem e proclamam a palavra de Deus conservada na Sagrada Escritura como fundamento da ciência sagrada. Mas é ao mesmo tempo doloroso verificar que não poucos, dentre esses mesmos, quanto mais firmemente aderem à palavra de Deus, tanto mais deprimem a capacidade da razão humana, e quanto mais de boa vontade exaltam a autoridade de Deus Revelador, com tanto maior acrimônia desprezam o Magistério da Igreja, instituído por Cristo Nosso Senhor para guardar e interpretar as verdades reveladas. Tal desprezo não só está em contradição aberta com as Sagradas Letras, mas até mesmo pela experiência se tem mostrado errado. Quanta vez, os próprios « *dissidentes* », que se separaram da verdadeira Igreja, são os primeiros a lamentar publicamente a confusão e discórdia que entre eles reina no campo dogmático, reconhecendo assim, embora a seu pesar, a necessidade de um Magistério vivo!

I — A Igreja católica em face dos erros modernos

1 — O papel dos teólogos e filósofos

Pois bem, essas tendências que mais ou menos se desviam do recto caminho da verdade, não podem ser ignoradas ou deixadas de lado pelos teólogos e filósofos católicos, aos quais incumbe a grave missão de defender as verdades divinas e humanas e difundi-las entre os homens. Mais ainda, é preciso que conheçam bem tais sistemas, já pela razão de que as doenças não se podem curar se não forem primeiro bem conhecidas, já porque nessas falsas teorias, muitas ve-



za, está latente alguma parcela de verdade, já finalmente por que esses mesmos erros incitam a inteligência a perscrutar e a examinar certas verdades filosóficas e teológicas com maior atenção e agudeza.

2 — O perigo da preocupação de novidades

Se os nossos filósofos e teólogos procurassem somente colher de tais doutrinas, cautelosamente assim estudadas, esses frutos que acabamos de mencionar, não haveria suficiente motivo para uma intervenção do Magistério da Igreja. Mas, embora estejamos cientes que, em geral, os professores e estudiosos católicos se precavêem de tais erros, consta-Nos, que não falta também hoje, como nos tempos apostólicos, quem, aliciado mais do que convém pelas novidades, ou temendo porventura ser tido por ignorante das descobertas da ciência nesta época de progresso, procure subtraír-se à submissão devida ao Sagrado Magistério da Igreja, correndo o perigo de se afastar insensivelmente da mesma verdade revelada por Deus e arrastar outros ao seu erro.

Fundação Cuidar o Futuro

3 — O irenismo

Há, além disso, outro perigo ainda maior, porquanto vai mais encoberto sob a aparência de virtude. São muitos os que, deplorando a discórdia a que chegou o gênero humano e a confusão de ideias que hoje reina, levados de um zelo imprudente, se sentem impelidos vigorosamente por um desejo ardente de destruir barreiras que separam entre si a tantos homens rectos e honestos. E abraçam, em consequência, um gênero de « irenismo », que, pondo de lado as questões que dividem os homens, pretende não só obter uma união de forças para repelir a avalanche avassaladora do ateísmo, mas chega a querer conciliar as oposições que existem no campo dogmático. E assim como, em tempos passados, houve quem perguntasse se a apologética tradicional da Igreja não era um obstáculo, mais que um auxílio, para ganhar almas a Cristo, assim hoje não falta quem chegue ao ponto de levantar a questão: se a teologia e os métodos que



se usam com aprovação da autoridade eclesiástica, no ensino hodierno, não devam ser, não já aperfeiçoados, mas completamente reformados, para que o reino de Cristo possa ser propagado com mais eficácia no mundo inteiro; entre os homens de qualquer cultura e de qualquer opinião religiosa.

Se esses tais não tivessem em mira senão introduzir algumas inovações para adaptar, com mais acerto, o ensinamento eclesiástico e os seus métodos às condições e necessidades hodiernas, quase não haveria razão para temer; mas, arrebatados desse imprudente «irenismo», alguns chegam a julgar, como óbices para se restaurar a união fraterna, aquelas mesmas instituições que se baseiam nas leis e princípios promulgados pelo próprio Jesus Cristo, bem como quanto constitui a defesa e o sustentáculo da integridade da fé. Se isto se abate, tudo será unificado sim, mas nos escombros de uma ruína geral.

Essas novas opiniões, nascidas, quer de uma deplorável ânsia de novidades, quer mesmo de louváveis intenções, nem sempre são propostas com a mesma intensidade, com a mesma clareza, ou com os mesmos termos. Nem sempre os seus propugnadores estão em perfeito acordo entre si. O que hoje está sendo ensinado e proclamado por alguns, com cautelas e distinções, amanhã será proposto publicamente e sem reboços por outros mais audazes, com escândalo de muitos, especialmente de jovens sacerdotes, e com detrimento da autoridade eclesiástica. E se, geralmente, se usa mais cautela nos livros que se publicam, o mesmo assunto é tratado com mais liberdade em folhetos distribuídos em particular, em lições dactilografadas, em reuniões. E não só entre os membros do clero secular e regular, nos seminários e institutos religiosos, vão sendo divulgadas tais opiniões, mas até entre os leigos, especialmente entre os que se dedicam à educação e instrução da juventude.

— O perigo do relativismo dogmático

No que se refere à teologia, alguns pretendem reduzir, quanto podem, o significado do dogma, e libertar este do modo de exprimir-se, já desde muito usado na Igreja, e dos conceitos filosóficos em vigor entre os doutores católicos, para voltar, na exposição da doutrina católica, às expressões da Sagrada Escritura e dos Santos Padres. Assim, esperam

eles que o dogma, despojado dos elementos extrínsecos, como dizem, à revelação divina, possa ser proveitosamente comparado com as opiniões dogmáticas daqueles que se separaram da Igreja, e deste modo se possa chegar, pouco a pouco à assimilação mútua do dogma católico e das opiniões dos dissidentes. Além disso, reduzida a estes termos a doutrina católica, pensam eles que desembaraçam o caminho para, com a satisfação dada às necessidades do mundo hodierno, poder exprimir o dogma com as categorias da filosofia do nosso tempo, quer sejam do imanentismo, quer do idealismo, quer do existencialismo ou de qualquer outro sistema. E alguns mais audazes sustentam que isso se pode fazer, e até se deve fazer, porque os mistérios da fé, afirmam os tais, não se podem exprimir por meio de conceitos adequados, mas somente por meio de conceitos « aproximativos » e sempre mudáveis, através dos quais a verdade se manifesta sim, mas ao mesmo tempo necessariamente se deforma. Dai, que não crêem absurdo, mas absolutamente necessário que a teologia, segundo as várias filosofias de que se sirva como de instrumentos, no decurso dos tempos, varie e substitua as noções antigas por outras novas, e assim, de maneiras diversas, e até sob certos aspectos contrárias, embaraça — como dizem — equivalentes, traduza em linguagem humana as mesmas verdades divinas. Acrescentam que a história dos dogmas consiste em apresentar as várias formas sucessivas, de que se revestiu a verdade revelada, segundo as diversas doutrinas e opiniões que no volver dos séculos foram aparecendo.

5 — Terminologia eclesiástica

É claro, do que dissemos, que essas tendências não somente levam ao « relativismo dogmático », mas de facto já o contém. Relativismo esse que é por demais favorecido pelo desprezo que mostram para com a doutrina tradicional, e para com os termos em que ela se exprime. Todos sabem que as expressões desses conceitos, usadas tanto no ensino das aulas como no mesmo Magistério da Igreja, podem ser melhoradas e aperfeiçoadas; é, por outra parte, bem sabido que a Igreja nem sempre usou constantemente determinadas expressões; é evidente também que a Igreja não pode estar ligada a qualquer efêmero sistema filosófico: mas tais noções e tais expressões que, com geral consenso, foram através dos



séculos encontradas e formuladas pelos doutores católicos para chegar a algum maior conhecimento e inteligência do dogma, sem dúvida que não se apoiam em fundamento tão caduco. Apoiam-se, sim, em princípios e noções deduzidas de verdadeiro conhecimento das cousas criadas; e, na dedução de tais noções, a verdade revelada, como estrela, iluminou por meio da Igreja a inteligência humana. Portanto, não é de maravilhar que algumas dessas noções tenham sido usadas em Concílios Ecumênicos, e que deles tenham recebido tal sanção que a ninguém é licito afastar-se delas.

Por esses motivos, ter em pouco caso, ou rejeitar, ou privar do seu justo valor, conceitos e expressões que foram encontradas e aperfeiçoadas, para exprimir com mais exactidão as verdades da fé, por pessoas de inteligência e santidade nada vulgares, num trabalho muita vez plurissecular, sob a vigilância do Magistério da Igreja, e não sem uma illustração e direcção do Espírito Santo, e querer agora substituí-las por noções hipotéticas e por certas expressões fluctuantes e vagas da nova philosophia, que à semelhança da flor dos campos hoje viceja e amanhã já secou, é por certo grandíssima imprudência. Seria reduzir o dogma a condição de cana agitada pelo vento. O desprezo dos termos e das noções usadas pelos teólogos escolásticos, por elles mesmo, conduz ao enfraquecimento da theologia denominada especulativa, que tais inovadores julgam, por se apoiar em razões theológicas, desprovida de verdadeira certeza.

6 — O papel do Magistério da Igreja

Infelizmente esses amadores de novidades passam facilmente do desprezo da theologia escolástica, ao pouco caso e até ao desprezo do próprio Magistério da Igreja, que dá com sua autoridade tão notável aprovação a essa theologia. O Magistério Eclesiástico é apresentado por eles como um empecilho ao progresso e um estorvo para a ciência; ao mesmo tempo, é considerado por certos católicos como um freio injusto para alguns teólogos mais cultos, que procuram renovar a sua ciência. E, embora este Sagrado Magistério deva ser para qualquer teólogo uma norma próxima e universal de verdade em matéria de fé e de moral (pois Cristo Senhor Nosso lhe confiou todo o depósito da fé — Sagrada Escritura e « Tradição » divina — para guardá-lo, defendê-lo, interpretá-lo), contudo, por vezes, é ignorado como se não existisse

o dever que têm os fiéis de fugir também daqueles erros que em maior ou menor medida se aproximam da heresia, dever portanto de « observar as constituições e decretos com os quais essas falsas opiniões foram proscritas e proibidas pela Santa Sê »². O que as Encíclicas dos Sumos Pontífices expõem sobre o carácter e a constituição da Igreja é, por alguns, intencional e habitualmente deixado de parte com o intuito de fazer prevalecer um conceito vago, que eles dizem tomado dos antigos Padres, especialmente Gregos. Os Sumos Pontífices, dizem tais propugnadores, não tencionam dirimir as questões disputadas entre teólogos; é, portanto, necessário voltar às fontes primitivas, e com os escritos dos antigos se devem explicar as posteriores constituições e decretos do Magistério Eclesiástico.

Tais afirmações, feitas muito embora com elegância de estilo, estão cheias de falácia. É verdade que, geralmente, os Sumos Pontífices deixam livres os teólogos naquelas questões em que os melhores doutores se acham divididos entre várias posições; mas a história mostra como muitas questões que em certa época eram objecto de livre discussão, posteriormente já não o puderam ser. Nem se deve crer que os ensinamentos das Encíclicas não exijam o nosso assentimento, sob o pretexto de que os Pontífices não exercem a real e o poder de seu Supremo Magistério. Tais ensinamentos fazem parte do magistério ordinário, para o qual também valem as palavras: « Quem vos ouve, a mim ouve »³, além do que, quanto vem proposto e inculcado nas Encíclicas pertence já, as mais das vezes, por outros títulos, ao património da doutrina católica. Ademais, se os Sumos Pontífices, no exercício do seu magistério, emitem, de caso pensado, uma decisão em matéria até então controvertida, é evidente que tal questão, segundo a mente e a vontade dos mesmos Pontífices, não pôde já constituir objecto de livre discussão entre os teólogos.

7 — As fontes da revelação e o magistério eclesiástico

Também é verdade que os teólogos devem voltar sempre às fontes da revelação divina e é sua incumbência indicar como os ensinamentos do Magistério vivo « se encontrem já

² C. J. C. can. 1324; cfr. Conc. Vat. D. B. 1820, Const. de fide cath. cap. 4, De fide et ratione (depois dos cânones).
Luc 10, 16.



explicita ou implicitamente»⁴ na Sagrada Escritura ou na divina Tradição. Acresce que ambas as fontes da Revelação contêm tais e tantos tesouros de verdade, que se não poderão jamais, de facto, exaurir. As ciências sagradas com o estudo das fontes da Revelação sempre rejuvenescem; enquanto, pelo contrário, a especulação que negligencia um estudo mais profundo do depósito sagrado, consta pela experiência, que se torna estéril. Mas, por isso mesmo, a teologia denominada positiva, não pode ser equiparada a uma ciência meramente histórica. Juntamente com as sagradas fontes, Deus deu à sua Igreja um magistério vivo para iluminar e pôr em relevo aquilo que, no depósito da fé, não se acha senão obscuramente e como que implícito. Este depósito, não foi a cada fiel, nem mesmo aos teólogos, que o Divino Redentor o entregou para que o interpretassem autenticamente, — mas somente ao Magistério da Igreja.

Se a Igreja desempenha este seu munus, como o fez, inúmeras vezes, no decurso dos séculos, já com o exercício ordinário do seu magistério, já com o extraordinário, é claro que é completamente falso o método de explicar as coisas claras pelas obscuras: muito ao invés, o contrário é o que se impõe a todos.

Foi com muito justa razão que o Nosso Predecessor, de imortal memória, Pio IX, ao emitir a que é nobilíssima incumbência da teologia mosurar como a doutrina definida pela Igreja esteja contida nas sagradas fontes, acrescentou estas palavras: «naquele mesmo sentido em que foi definida pela Igreja».

8 — A autoridade da Sagrada Escritura

Voltando, pois, às novas teorias, a que acima aludimos, por alguns vão sendo proferidas e ensinadas certas doutrinas que põem em perigo a autoridade da Sagrada Escritura. Alguns permitem-se a ousadia de deturpar o sentido da definição do Concílio Vaticano, a respeito da doutrina que diz ser Deus o autor da Sagrada Escritura, e renovam a opinião, já várias vezes condenada, de que a imunidade de erro, que compete às Sagradas Letras, se estende somente ao que se refere a Deus e aos assuntos religiosos e morais. Mais: falam com pouco acerto de um sentido humano dos Livros Sagra-

⁴ PIUS IX, *Inter gravissimas*, 28 octob. 1870, Acta, vol. I, p. 260.

dos, sob o qual está latente um sentido divino, único que têm como infalível. Na interpretação da Sagrada Escritura, não querem dar lugar à analogia da fé e da « tradição » da Igreja e sustentam que a doutrina dos Santos Padres e do Sagrado Magistério se deve regular pela Sagrada Escritura, explicada pelos exegetas sob o aspecto meramente humano, em vez de ser a Sagrada Escritura que deva ser exposta segundo a mente da Igreja constituída por Cristo Nosso Senhor guarda e intérprete de todo o depósito da verdade revelada.

Além disso, o sentido literal da Sagrada Escritura e sua exposição, elaborada, sob a vigilância da Igreja, por tantos e tão grandes exegetas, deve ceder o passo, segundo caprichosamente afirmam, à nova exegese, que chamam espiritual e simbólica, e pela qual a Sagrada Biblia do Antigo Testamento, que segundo eles hoje, na Igreja, está como fonte selada, será finalmente aberta a todos. Desta forma, asseveram, desvanecer-se-ão todas as dificuldades, que não podem causar embaraço senão àqueles que se atêm ao sentido literal da Escritura.

Não há quem não veja como todas estas doutrinas se afastam dos princípios e das normas hermenêuticas justamente estabelecidas pelos Nossos Predecessores, de feliz memória, Leão XIII na Encíclica *Providentissimus* e Bento XV na Encíclica *Spiritus Paraclitus*, como também por Nós na Encíclica *Divino Afflante Spiritu*.

II — A penetração dos erros modernos. 1 — No plano teológico

Não deve causar maravilha que tais inovações tenham produzido frutos envenenados, em quase todas as partes da teologia. Põe-se em dúvida que a razão humana, sem a ajuda da Revelação divina e da graça, possa demonstrar, com argumentos tirados das criaturas, a existência de um Deus pessoal; afirma-se que o mundo não teve início e que a criação do mundo é necessária, porque procede da necessária liberalidade do amor divino; como também se afirma que Deus não tem presciência eterna e infalível das acções livres do homem; opiniões todas contrárias às declarações do Concílio do Vaticano.⁵

⁵ Cfr. Conc. Vat. Const. *De Fide cath.*, cap. 1, *De Deo verum omnium creatore*.



É posto em discussão por alguns, se os anjos são pessoas e se existe uma diferença essencial entre a matéria e o espírito. Outros desnaturalizam o conceito da « gratuidade » da ordem sobrenatural, sustentando que Deus não pode criar seres inteligentes sem ordená-los e chamá-los a visão beatífica. Nem basta, ainda, pois deixando de lado as definições do Concílio de Trento, chegarmos a destruir o verdadeiro conceito do pecado original e juntamente o pecado, em geral, como ofensa de Deus, bem assim o conceito da satisfação que Jesus Cristo deu por nós. Nem falta quem sustente que a doutrina da transubstanciação, porquanto fundada num conceito de substância já antiquado, deva ser corrigida, de modo que se reduza a presença real de Cristo na Eucaristia a um simbolismo, pelo qual as espécies consagradas não seriam outra coisa senão sinais eficazes de uma presença espiritual de Cristo e da sua íntima união, no Corpo místico, com os membros fiéis.

Alguns não se julgam obrigados a professar a doutrina que expusemos numa das Nossas Encíclicas, fundada nas fontes da Revelação, segundo a qual o Corpo Místico de Cristo e a Igreja Católica Apostólica Romana são uma só e mesma coisa. Há-os que reduzem a uma fórmula vã a necessidade de pertencer à verdadeira Igreja para obter a salvação eterna. Outros, finalmente, não têm o carácter racional dos sinais de credibilidade da fé cristã.

Consta que esses erros, e outros semelhantes, se andam espalhando entre alguns de Nossos filhos, levados a engano por um zelo imprudente ou por uma ciência de falso cunho, e a esses filhos somos obrigados a repetir, com o coração dolorido, verdades conhecidíssimas e erros patentes, indicando-lhes com preocupação os perigos de tais erros.

2 — No plano filosófico

Todos sabem quanto apreço dá a Igreja à razão humana, no que diz respeito à capacidade de demonstrar com certeza a existência de um Deus pessoal, de provar iniludivelmente, pelos sinais divinos, os fundamentos da própria fé cristã, de exprimir com justeza a lei natural que o Criador imprimiu na alma humana, de conseguir, por fim, uma inteligên-

¹ Cfr. *Litt. Enc. Mystici Corporis Christi*, A. A. S., vol. XXXV, p. 139 sg.

Fundação Cuidar o Futuro



dos da Revelação divina. Qualquer verdade, que a razão humana por meio de uma pesquisa sincera for capaz de descobrir, não poderá jamais estar em contraste com uma verdade já anteriormente demonstrada; porque Deus, suma Verdade, criou e rege o intelecto humano não para que as verdades já adquiridas ele contraponha, cada dia, outras novas, mas para que, removendo os erros que eventualmente se forem introduzindo, acrescente verdade a verdade, na mesma ordem e com a mesma harmonia com a qual vemos constituída a natureza das cousas criadas, onde a inteligência humana vai haurir a verdade. Por isso, o cristão, seja filósofo ou teólogo, não abrace sem mais, com precipitação e leviandade, todas as novidades que aparecem, mas examine-as com a máxima diligência e pondere-as no seu justo peso, para não perder a verdade já adquirida ou corrompê-la, certamente com perigo e dano para a sua fé.

b) — Deve respeitar-se o método e a doutrina de S. Tomaz

Se se considera bem quanto acima está exposto, facilmente aparecerá claro o motivo porque a Igreja exige que os futuros sacerdotes sejam instruídos nas ciências filosóficas, «segundo o método, a doutrina e os princípios do Doutor Angélico»⁸ já que, como o sabemos pela experiência de vários séculos, o método do grande Aquinate se distingue, por singular superioridade, tanto no ensino como na investigação; a sua doutrina harmoniza-se esplêndidamente com a Revelação divina e é efficacíssima, tanto para pôr a salvo os fundamentos da fé, como para colher com utilidade e segurança os frutos de um sadio progresso.⁹

É, deveras, para deplorar que hoje a filosofia, confirmada, e admitida pela Igreja, seja objecto de desprezo da parte de alguns, a ponto de, com impudência, a declararem antiquada na forma e racionalista na análise do pensamento. Vão espalhando que esta nossa filosofia defende erroneamente que possa existir metafísica verdadeira e absoluta; quando, pelo contrário, sustentam que as verdades, especialmente as ver-

⁸ C. J. C. can. 1366, 2.

⁹ A. A. S., vol. XXXVIII, 1946, p. 387.

dades transcendentas, não podem ser expressadas convenientemente mais que por meio de doutrinas divergentes que se completam entre si, ainda que, em certo modo, entre si opostas. Dai, que a filosofia escolástica com a sua clara exposição e solução das questões, com a sua exacta determinação dos conceitos e suas nítidas distinções, possa ser útil — concedem os tais — como preparação para o estudo da teologia escolástica, muito bem condizente com a mentalidade dos homens medievais; porém, não pode, dar-nos — acrescentam — um método e uma orientação filosófica que corresponda às necessidades da cultura moderna.

Objectam, ademais, que a filosofia perene não é senão a filosofia das essências imutáveis, ao passo que uma mentalidade moderna deve, antes, interessar-se pela « existência » de cada individuo e pela vida sempre em movimento. E, enquanto, por uma parte desprezam esta filosofia, por outra exaltam os demais sistemas, antigos e recentes, de povos orientais e de povos ocidentais, de modo que parece quere-rem insinuar que todas as filosofias ou teorias, com o retoque — se necessário — de alguma correcção ou de algum complemento, se podem conciliar com o dogma católico. Mas nenhum católico pode pôr em dúvida, quanto tudo isto seja falso, especialmente tratando-se de sistemas como o imanentismo, o idealismo, o materialismo, histórico e dialéctico, ou ainda como o existencialismo, quando professa o ateísmo ou nega o valor do raciocínio no campo da metafísica.

3 — No plano didáctico

Finalmente, a metafísica das nossas aulas fazem esta acusação: que na análise do conhecimento se ocupa somente da inteligência e faz caso omissivo da função da vontade e do sentimento. Isto não corresponde à verdade: a filosofia cristã não negou, nunca, a utilidade e eficácia que provém das boas disposições da alma toda, para conhecer e abraçar as verdades religiosas e morais; pelo contrário, ensinou, sempre, que a falta de tais disposições pode ser causa de a inteligência, sob o influxo das paixões e da vontade transviada, se obscurecer a tal ponto que já não consiga ver a verdade. Mais ainda, o Doutor Comum é de parecer que a inteligência pode, de algum modo, perceber os bens superiores de ordem moral, seja natural seja sobrenatural, enquanto experimenta, no seu íntimo, uma certa « conaturalidade », quer



na ordem natural, quer como fruto da graça, com os ditos bens;¹⁰ e é manifesto quanto este conhecimento, embora sub-consciente, ajude a razão nas suas investigações. Mas uma cousa é reconhecer o poder que têm a vontade e as disposições da alma para ajudar a razão a atingir um conhecimento mais certo e mais firme das verdades morais, outra cousa é quanto vão espalhando esses inovadores, a saber: que a vontade e o sentimento têm um certo poder intuitivo e que, não podendo o homem descobrir com a inteligência aquilo que deve abraçar como certamente verdadeiro, se serve da vontade, determinando por ela a sua livre escolha entre duas opiniões opostas. Confundem, eles, nesciamente, conhecimento e acto de vontade. Não causa maravilha que com essas novas teorias corram perigo as duas ciências filosóficas, por sua mesma natureza intimamente relacionadas com os ensinamentos da fé: a teodiceia e a ética. Pretendem as novas teorias que o papel de ambas não seja o de demonstrar certas verdades sobre Deus ou outro ser transcendente, mas o de mostrar como sejam coerentes, com as necessidades da vida, as verdades que a fé ensina sobre Deus, Ente pessoal, e sobre os seus mandamentos, e que devem ser admitidas por todos, para evitarem o desespero e alcançarem a salvação eterna. Todas essas opiniões e teorias estão em franca oposição com os documentos emanados pelos Nossos Predecessores Leão XIII e Pio X, e com os decretos do Concílio Vaticano.

Seria supérfluo deplorar essas várias aberrações, se todos, ainda mesmo no campo das doutrinas filosóficas, se mostrassem dóceis e reverentes, como é seu dever, para com o Magistério da Igreja, a qual, por instituição divina, recebeu a missão, não só de guardar e interpretar o depósito da fé, mas ainda de vigiar o campo das disciplinas filosóficas, a fim de que o dogma católico não receba, de opiniões menos sentadas, nenhum dano.

III — A fé e as ciências positivas

Resta, agora, falar daquelas questões que, ainda que pertençam às ciências positivas, estão mais ou menos relacionadas com as verdades reveladas da fé cristã. Não poucos são

¹⁰ Cfr. S. Thom., *Summa Theol.* II-II, quest. 1, art. 4 ad 3; et quest. 45, art. 2, in c.

os que pedem insistentemente que a religião católica tenha, em máxima conta, estas ciências, o que é, sem dúvida, cousa louvável, quando se trata de factos realmente demonstrados. Mas é preciso ser muito cauto, quando se trata de puras hipóteses, embora de algum modo fundadas cientificamente, e nas quais se toca a doutrina contida na S. Escritura ou na «tradição». E, se tais hipóteses vão directa ou indirectamente contra a doutrina revelada, então de modo nenhum se podem admitir.

1 — A biologia e a antropologia

Por essas razões, o Magistério da Igreja não proíbe que, em conformidade com o actual estado das ciências e da teologia, seja objecto de pesquisas e de discussões, por parte dos competentes em ambos os campos, a doutrina do evolucionismo, enquanto ela investiga a origem do corpo humano, que proviria de matéria orgânica preexistente (a fé católica obriga-nos a professar que as almas são criadas imediatamente por Deus). Isto, porém, deve ser feito de tal maneira que as razões das duas opiniões, isto é, da que é favorável e da que é contrária ao evolucionismo, sejam ponderadas e julgadas com a necessária seriedade, moderação, justa medida, e contanto que todos estejam dispostos a sujeitarem-se ao juízo da Igreja, à qual Cristo confiou o officio de interpretar, autenticamente, a S. Escritura e defender os dogmas da fé.¹¹ Mas alguns ultrapassam temerariamente esta liberdade de discussão, procedendo como se estivesse já demonstrado, com certeza plena, que o corpo humano se tenha originado de matéria orgânica preexistente, argumentando com certos indícios achados até agora e com raciocínios baseados sobre tais indícios; e isto como se nas fontes da revelação não existisse nada que exija, neste assunto, a maior moderação e cautela.

Quanto, porém, à outra hipótese, isto é, ao poligenismo, os filhos da Igreja não gozam, de modo nenhum, da mesma liberdade, pois os fiéis não podem abraçar uma opinião cujos factores ensinam que, depois de Adão, existiram, nesta terra, verdadeiros homens que não tenham tido origem, por via de

¹¹ Cfr. *Alocução Pontifícia aos membros da Academia das Ciências*, 30 nov. 1941; A. A. S., vol. XXXIII, p. 506.

geração natural, do mesmo Adão, progenitor de todos os homens, ou então que Adão representa um conjunto de muitos progenitores. De facto, não se vê, de modo algum, como estas afirmações se possam conciliar com o que as fontes da revelação e os actos do Magistério da Igreja nos ensinam acerca do pecado original, que provém de um pecado verdadeiramente cometido individualmente por Adão e que, transmitido a todos por geração, é inerente a cada um como próprio.¹²

2 — As ciências históricas

Como nas ciências biológicas e antropológicas, também nas históricas há quem, ousadamente, ultrapasse os limites e as cautelas estabelecidas pela Igreja. De modo particular, se deve deplorar certo sistema de interpretação demasiado livre dos livros históricos do Antigo Testamento; e os factores desse sistema, para defender suas razões, apelam infundadamente para a carta não há muito enviada ao Arcebispo de Paris pela Pontifícia Comissão Bíblica.¹³ Esta carta, com efeito, faz notar que os 11 primeiros capítulos do Gênesis, ainda que propriamente falando não concorrem com o método histórico usado pelos melhores autores gregos e latinos e pelos bons historiadores do nosso tempo, pertencem, contudo, ao género histórico em certo verdadeiro sentido que deve ser ainda mais estudado e determinado pelos exegetas; os mesmos capítulos, nota ainda a citada carta, com modo de falar simples e metafórico, adaptado à mentalidade de um povo de cultura elementar, ensinam as principais verdades que são fundamentais para a salvação eterna e contêm, além disso, uma narração popular sobre a origem do género humano e do povo eleito. Se alguma coisa os antigos agiógrafos tomaram de outras narrações populares (o que pode ser concedido), é preciso não esquecer que eles o fizeram com o auxílio da inspiração divina que, na escolha e na valorização dos documentos, os premunia contra todo e qualquer erro.

Portanto, as narrações populares inseridas na S. Escritura não podem, de maneira alguma, ser postas no mesmo plano das mitologias ou géneros semelhantes, as quais são

¹² Cfr. Rom. V, 12-19; Conc. Triden., sess. V, can. 1-4.

¹³ 16 de Janeiro de 1948; A. A. S., vol. XL, pp. 45-48.



fruto mais de uma fantasia exaltada do que do amor à verdade e à simplicidade. Este amor à verdade e esta nativa simplicidade ressaltam, de tal modo, nos Livros Inspirados, inclusive nos do Antigo Testamento, que colocam os nossos agiógrafos indiscutivelmente acima dos antigos escritores profanos.

Conclusão: a missão dos superiores eclesiásticos e dos mestres das ciências religiosas

Sabemos, em verdade, que a maioria dos doutores católicos, de cujos valiosos estudos os Ateneos, Seminários, e Colégios de religiosos, tanto proveito recebem, estão longe de tais erros que, aberta ou disfarçadamente, vão sendo, hoje divulgados, seja por mania de novidade, seja por desafortado zelo apostólico. Mas sabemos, também, que essas falsas opiniões poderão ilaquear os menos cautos. Preferimos, por isso, atalhar esses males, logo de início, a ter que subministrar o remédio, quando a doença já estiver adiantada.

Depois de madura reflexão e consideração, para não faltar ao Nosso sagrado dever, ordenamos aos Bispos e aos Superiores das Ordens e Congregações religiosas, impondo-lhes gravíssima obrigação de consciência, que cuidem diligentissimamente que nem nas aulas nem em reuniões e conferências, nem em escritos de qualquer gênero, sejam propaladas as falsas opiniões acima mencionadas e, muito menos, sejam de qualquer maneira ensinadas aos seminaristas ou aos fiéis.

Os Professores dos Estabelecimentos Eclesiásticos saibam que não poderão exercer, com consciência tranquila, o ofício de ensinar que lhes foi confiado, se não aceitarem religiosamente as normas que aqui estabelecemos e as não observarem exactamente no ensino das suas matérias. Este acatamento e obediência, que no seu assiduo trabalho devem professar para com o Magistério da Igreja, instilem-no, também, na mente e no coração dos seus alunos.

Procurem, com todo o empenho e entusiasmo, concorrer para o progresso das ciências que ensinam; mas abstenham-se, também, de ultrapassar os limites que, para defesa da fé e da doutrina católica, lhes demarcamos. A's novas questões, que o progresso moderno suscitou, dêem a contribuição das suas diligentíssimas pesquisas, mas com a conveniente

prudência e cautela. Finalmente, não julgem, levados por um falso « irenismo », que se possa obter o suspirado retorno dos dessidentes e dos errantes ao seio da Igreja, se não se lhes ensina, sinceramente, sem nenhuma corrupção ou diminuição, toda a verdade professada pela Igreja.

Fundados nesta esperança, que será aumentada pela vossa solicitude pastoral, como auspício dos celestes dons e sinal de Nossa paterna Benevolência, concedemos, de todo o coração, a cada um de Vós, bem como ao vosso clero e fiéis, a Benção Apostólica.

Dada em Roma, junto à Basilica de S. Pedro aos 12 do mês de Agosto do Ano de 1950, duodécimo do Nosso Pontificado.

Fundação Cuidar o Futuro

PIO P. P. XII



Fundação Cuidar o Futuro



Fundação Cuidar o Futuro

Fundação Cuidar o Futuro